



Vai à Câmara texto que aprimora administração das contas públicas

Proposta aprovada pelo Senado fortalece a Lei de Responsabilidade Fiscal e moderniza a Lei de Finanças Públicas, atualizada pela última vez em 1982



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros (de gravata azul) preside a sessão plenária do Senado que aprovou o projeto que tem o objetivo de fortalecer a Lei de Responsabilidade Fiscal

União, estados e municípios terão novos mecanismos para monitorar políticas públicas, segundo projeto aprovado ontem. A previsão de receitas apresentada na Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser mantida na Lei Orçamentária Anual.

O texto também reformula o Plano Plurianual, que será simplificado e terá que ser baseado no programa de governo do candidato que vencer as eleições para presidente, governador ou prefeito. O relator da proposta, Ricardo Ferraço, acredita que as mudanças reduzirão o “irrealismo orçamentário” no Brasil. **3**

Senado aprova Ilan Goldfajn para presidir Banco Central

O economista Ilan Goldfajn será o novo presidente do Banco Central, em substituição a Alexandre Tombini. A indicação foi aprovada ontem, no Plenário, por 56 votos favoráveis, 13 contrários e 1 abstenção. Durante a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos, de mais de quatro horas, Goldfajn defendeu a autonomia do BC, mas não a independência total. **3**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Gleisi conduz sabatina de Goldfajn para a presidência do Banco Central

Para Renan, pedido de prisão feito por Janot é “abusivo”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que o pedido de prisão contra ele remetido ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, é “desproporcional e abusivo” e acrescentou que não faria mais comentários para não prejudicar o equilíbrio entre os Poderes.

O senador Romero Jucá, que também está no pedido de prisão remetido ao STF, afirmou que tem “a tranquilidade de quem fala a verdade” e reclamou que não teve acesso ao conteúdo da delação do ex-presidente da Transpetro



O presidente do Conselho de Ética, João Alberto, conversa com Jucá

Sérgio Machado.

O Conselho de Ética decidiu arquivar uma denúncia contra Jucá baseada nas conversas entre ele e Machado divulgadas pela imprensa. **4 e 5**

Waldemir Barreto/Agência Senado

PEC dos Precatórios volta para análise dos deputados

A PEC 159/2015 permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar precatórios, dívidas que o governo tem com o cidadão ou empresa. **2**

Dilma poderá indicar até 48 testemunhas

O presidente do Supremo, Ricardo Lewandowski, negou pedido de Aloysio Nunes Ferreira para haver no máximo 16 testemunhas de defesa. **6**

Kassab diz que fusão de pastas não afetará ciência e tecnologia

Titular do novo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações garantiu em audiência no Senado que setor

não sofrerá novas restrições orçamentárias e que união das pastas atendeu anseio da sociedade brasileira. **7**



Gilberto Kassab fala sobre novo ministério ao lado do senador Lasier Martins

Pedro França/Agência Senado

Cartão corporativo deve ter regras mais rígidas de uso **5**

Avança projeto que distribui royalties para a educação **8**

Nesta edição, segue encartado o **Monitor Fiscal**

DF pode ter polo de tecnologia inspirado em Portugal **6**

MP que baixa IR de remessa ao exterior passa em comissão **7**

PEC dos Precatórios retorna para a Câmara

Proposta aprovada ontem pelos senadores estabelece regime especial para o pagamento, até 2020, das dívidas públicas com cidadãos e empresas ganhadores de processo judicial transitado em julgado

A PROPOSTA DE emenda à Constituição conhecida como PEC dos Precatórios foi aprovada ontem pelo Senado, em segundo turno, com 57 votos favoráveis e 9 contrários. A PEC 159/2015 permite o uso de dinheiro depositado na Justiça para pagar precatórios, dívidas que o governo tem com o cidadão, ou empresa, que ganhou processo judicial transitado em julgado. Como foi aprovada com emendas, a proposta retorna para a Câmara dos Deputados.

A PEC estabelece que os precatórios a cargo de estados e municípios pendentes até 25 de março de 2015 e os a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos, até 2020, dentro de um regime especial que permite o aporte

de recursos limitados a 1/12 da receita corrente líquida.

Pela proposta, podem ser usados, no pagamento de precatórios, até 75% do montante dos depósitos judiciais e administrativos referentes a processos nos quais estados ou municípios sejam parte. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os três entes públicos acumulavam em junho de 2014 uma dívida de R\$ 97,3 bilhões em precatórios emitidos pelas Justiças estaduais, Federal e do Trabalho.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), acatou emenda de Randolfe Rodrigues (Rede-AP) que reduz de 40% para 20% o percentual dos depósitos judiciais destinados à quitação envolvendo partes privadas — das quais o poder

público não faz parte. A utilização dos créditos deverá ser precedida da criação de um fundo garantidor, composto pela parcela restante dos depósitos judiciais.

Durante o prazo previsto na PEC, pelo menos 50% dos recursos destinados aos precatórios servirão para pagá-los, em ordem cronológica de apresentação, mas com preferência aos relacionados a créditos alimentares e aos beneficiários com 60 anos ou mais, com doença grave ou com deficiência.

Os outros 50% dos recursos poderão ser usados para a negociação de acordos com os credores, com redução máxima de 40% do valor a receber, desde que não haja recurso pendente.

Na posse, Roberto Muniz defende Estado eficiente

Tomou posse no Senado ontem Roberto Muniz (PP-BA), suplente de Walter Pinheiro (sem partido-BA), que se licenciou para ser secretário de Educação da Bahia. No primeiro discurso em Plenário, Muniz defendeu o diálogo como principal ferramenta para enfrentamento da crise e disse acreditar na necessidade de fazer duas agendas políticas distintas, mas integradas: a do Estado eficiente e a do Estado do bem-estar social.

Ele afirmou que vai lutar por um ambiente econômico de crescimento sustentável, onde produzir e distribuir riquezas sejam “responsabilidade permanente de toda a sociedade”.

— Que todos assumam um papel colaborativo. Um Estado eficiente não é sinônimo de um Estado sem programas sociais, muito menos o contrário. O estabelecimento dessa comunicação é fundamental.

Para assumir o Senado,



Roberto Muniz faz juramento e assume vaga de senador pela Bahia

Muniz deixou a presidência-executiva da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto. Ele destacou, a importância do saneamento básico para o combate a doenças como zika, dengue e chicungunha.

Muniz é engenheiro civil, com especialização em engenharia econômica. Foi prefeito

de Lauro de Freitas (BA) e deputado estadual por dois mandatos. Também na Bahia, comandou as secretarias de Trabalho e Ação Social, em 2001, e da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária entre novembro de 2008 e março de 2010. Ocupou a Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades de dezembro de 2010 a fevereiro de 2012.

Lei cria prazo para recibo de quitação de débitos

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional — como bancos, seguradoras, entidades de previdência, cooperativas de crédito, corretoras e bolsas de valores — serão obrigadas a emitir, em até dez dias úteis, recibo de quitação integral de débito de qualquer natureza, quando solicitado pelo interessado. A definição de prazo para a liberação desse documento consta da Lei 13.294/2016, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A lei tem origem em projeto aprovado no Senado em março de 2012, com modificações. O texto do PLC 110/2011 estabelecia a emissão do recibo em cinco dias úteis, contados da comprovação da liquidação integral do débito. Emenda do então senador Cyro Miranda acolhida pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), estendeu o prazo. O projeto voltou à Câmara, onde foi aprovado em maio deste ano.

A nova lei não alcança contratos de financiamento

imobiliário, para os quais é permitida a emissão em até 30 dias após a liquidação da dívida, nem os contratos regulados por procedimentos e prazos legais específicos.

O presidente interino Michel Temer vetou artigo que estabelecia as penalidades pelo descumprimento do prazo de acordo com a Lei 4.595/1964 (sobre o Sistema Financeiro Nacional). Segundo o veto, as sanções devem ser aplicadas pelo Código de Defesa do Consumidor.

Renan vai discutir com governadores propostas para reduzir endividamento

AGENDA BRASIL

O projeto que atualiza e amplia o Supersimples será discutido hoje pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e uma representação de governadores. Eles se reúnem às 14h30 para tratar de propostas que ajudem a enfrentar a crise econômica.

O sistema simplificado de arrecadação é tema do PLC 125/2015, que foi relatado por Marta Suplicy (PMDB-SP), e aumenta os limites de receita bruta anual para que as empresas se enquadrem no Supersimples. A senadora tem a expectativa de que o projeto

seja votado hoje mesmo.

— Vamos reduzir a carga tributária, mas com responsabilidade, sem comprometer as finanças ou os municípios e estados.

Outras propostas a serem debatidas são a PEC dos Precatórios (PEC 159/2015) e a PEC 128/2015, que proíbe a criação e expansão de despesas para estados e municípios sem apresentação de fontes de receita. Já aprovadas no Senado, ambas estão na Câmara.

Os governadores reivindicam também a autorização urgente para contratação de novas operações de crédito e o alongamento da dívida dos estados com a União.

Preenchimento de cargos em comissões especiais deve ser definido amanhã

O preenchimento dos cargos vagos nas comissões especiais do Senado deve ser definido amanhã, às 11h, em reunião convocada pelo

presidente da Casa, Renan Calheiros. Os cargos ficaram vagos em decorrência de mudanças nas lideranças partidárias e em outras funções.

Sessão do Plenário vai homenagear ex-senador Jarbas Passarinho em julho

O Senado realizará em 15 de julho, às 12h, sessão especial em homenagem ao ex-senador Jarbas Passarinho, falecido no dia 5, em Brasília, aos 96 anos, em decorrência da idade avançada.

Coronel reformado do

Exército, ele foi presidente do Senado na década de 80. Foi ainda governador do Pará, ministro do Trabalho e Previdência Social, da Educação, e da Justiça. O Senado e o estado paraense decretaram luto de três dias pelo falecimento.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, reportagem sobre a audiência de ontem da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens e os pronunciamentos de senadores no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Energia em aterros sanitários**
8h30 A comissão analisa o PLS 494/2009, sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.
- ASSASSINATO DE JOVENS Relatório**
9h Apresentação de relatório da CPI.
- CAS Experiência para estágio**
9h A comissão pode votar o PLS 140/2015, que proíbe a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário, e mais 9 itens
- OBRAS INACABADAS Relator**
9h A subcomissão temporária indica novo relator e analisa requerimentos.
- CCJ Homicídio de idosos**
10h A comissão analisa o PLS 373/2015, que inclui o homicídio de idoso nos crimes hediondos, e mais 37 itens.

- IMPEACHMENT Testemunhas**
11h A comissão especial ouviu duas testemunhas de acusação e quatro testemunhas propostas pelos senadores.
- CDH Adoção**
11h30 A comissão analisa o PLS 531/2013, que facilita o processo de adoção, e mais 14 itens.
- PLENÁRIO Proteção à mulher**
14h A PEC 43/2012, que aumenta o amparo à mulher vítima de violência, é o primeiro item da pauta.
- MP 714/2016 Mercado da aviação**
14h30 Análise de relatório da MP que eleva participação estrangeira em empresas aéreas.
- PRESIDÊNCIA Governadores**
14h30 Renan Calheiros se reúne com governadores para debater o Supersimples. Às 16h, preside a ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Para o relator, Ricardo Ferraço, o projeto, que segue agora para análise da Câmara, busca reduzir o “irrealismo orçamentário” que prevaleceu no Brasil nos últimos anos

Senado aprova novo modelo de gastos públicos

AGENDA BRASIL

O GOVERNO FEDERAL poderá ser obrigado a estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação de políticas públicas. O Senado aprovou ontem substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 229/2009 — Complementar, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), batizado de “projeto da qualidade fiscal”. A proposta, que estabelece um novo modelo de elaboração de orçamentos públicos e normas gerais para o controle dos gastos e da contabilidade pública, segue agora para análise da Câmara.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que, com as recorrentes revisões da meta fiscal do governo, “esta é uma boa hora para aprimorar a gestão fiscal no país”.

— Mais do que nunca, neste momento conturbado da vida nacional, é preciso que se tenha responsabilidade fiscal.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e autor do substitutivo enviado a Plenário, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), disse que foram muitas audiências, com a presença de vários técnicos, para “arquitetar” o texto da proposta. Segundo ele, o objetivo é atualizar a Lei de Finanças Públicas, que há mais de 50 anos rege a elaboração orçamentária de todos os entes da Federação e teve sua última atualização em 1982. O projeto também altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável.

— Não é uma lei só para o

governo federal. Vale também para estados e municípios, para criar uma uniformização em nosso país — afirmou Ferraço, informando ao Plenário que acatou as emendas apresentadas por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

“Irrealismo”

O relator disse que o projeto também busca reduzir o “irrealismo orçamentário” que prevaleceu no Brasil nos últimos anos. A previsão de receitas que o Poder Legislativo aprovar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser mantida na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ferraço também defendeu o fortalecimento da LRF, mais rigor nas contas públicas e limites mais claros dos gastos do governo.

— Com este projeto, as leis orçamentárias serão construídas com mais critério, o que significa mais respeito ao dinheiro público — declarou o relator.

O projeto também reformula o Plano Plurianual (PPA), que deverá ser simplificado e ter por base o programa de governo apresentado pelo candidato vitorioso a cargo majoritário no Poder Executivo. Ainda torna o envio do PPA ao Congresso Nacional coincidente com o da LDO.

Omar Aziz (PSD-AM), Lúcia Vânia (PSB-GO), Waldemir Moka (PMDB-MS), Simone Tebet (PMDB-MS) e José Pimentel (PT-CE) elogiaram a iniciativa do autor e o trabalho do relator. Já Romero Jucá (PMDB-RR) classificou o



À mesa, Jader Barbalho, Renan Calheiros e Jorge Viana durante votação do projeto que visa fortalecer a gestão fiscal

projeto como importante para ajudar a organizar as finanças do país.

O substitutivo busca ainda estimular a visão orçamentária de longo prazo. A legislação atual só exige um horizonte de dois anos. O novo texto amplia esse prazo para quatro anos. Com isso, o governo terá de projetar todas as suas obrigações já contratadas ou esperadas para os anos seguintes e, a partir dessas informações e com a meta fiscal definida, saberá determinar o espaço disponível para novos projetos.

Assim, a inclusão de novos projetos de investimento no Orçamento exigirá que aqueles anteriormente aprovados sejam adequadamente contemplados. Além disso, essa inclusão dependerá da compatibilidade com o PPA e a LDO e da capacidade de viabilizar pelo menos uma etapa da obra.

Renan manifesta preocupação com reajuste dado pela Câmara a servidores

Renan Calheiros manifestou preocupação com as propostas de reajuste para servidores públicos aprovadas na Câmara dos Deputados na semana passada. Dos 14 projetos aprovados, 13 ainda passarão por votação no Senado, antes de seguir para sanção. Entre eles, está o PL 2.646/2015, que aumenta o subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), de R\$ 33.763 para R\$ 39.293,32 em janeiro de 2017.

Renan destacou a responsabilidade fiscal num “momento conturbado” do país. No mês passado, o Congresso aprovou previsão de déficit encaminhada pelo governo de até R\$ 170,5 bilhões.

— Ou nós fomos suficientemente convencidos com relação ao déficit e por isso o

aprovamos, e não podemos dar aumento salarial, nem criar cargos, nem aumentar tetos, ou nós aprovamos um déficit que não existia, e aí podemos dar aumento de salário.

Relator de projeto de controle de gastos, Ricardo Ferraço ressaltou que o aumento do subsídio dos ministros do STF, que serve de teto do funcionalismo, tem um efeito cascata sobre os estados.

Ferraço adiantou que na terça-feira a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve aprovar convite para que o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e um representante do Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne os secretários de Fazenda dos estados, discutam os reajustes.

Plenário acata indicação de Goldfajn para o Banco Central

A indicação de Ilan Goldfajn para o cargo de presidente do Banco Central (BC) foi aprovada ontem, no Plenário, por 56 votos favoráveis, 13 contrários e 1 abstenção. Pela manhã, o economista, apontado pelo presidente interino Michel Temer para substituir Alexandre Tombini, foi sabatinado por mais de quatro horas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Goldfajn disse que o sistema de metas para o controle inflacionário deve prosseguir. Ele reforçou que um

dos principais papéis do BC é manter a moeda estável e a inflação em baixa. Goldfajn mostrou confiança de que a inflação retorne ao centro da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5% ao ano.

— Nosso objetivo será cumprir plenamente a meta, mirando seu ponto central. Nossa história mostra que níveis altos de inflação não favorecem o crescimento econômico. Pelo contrário, desorganizam a economia e impactam a vida principalmente das

classes menos favorecidas — afirmou o economista.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a independência do BC, com mandato definido, para evitar pressões sobre a política monetária. Goldfajn é a favor da autonomia do BC, mas não da independência total. Ele disse que o governo deve traçar os objetivos e o BC deve ter liberdade técnica e operacional para alcançá-los.

— Não se trata de ambição ou desejo pessoal, mas de medida que beneficia a sociedade mediante a redução das expectativas de inflação, da queda do risco país e da melhora da confiança, todas essenciais para voltar a crescer de forma sustentada — declarou.

O relator da indicação, Raimundo Lira (PMDB-PB), lembrou que esta foi a segunda vez que Goldfajn foi sabatinado pelo Senado. A primeira foi há 16 anos para ocupar o cargo de diretor de Política Econômica do BC, que exerceu de setembro de 2000 a julho de 2003.

O fato de Goldfajn ter sido sócio do Itaú causou polêmica na CAE e no

Plenário. Lindbergh Farias (PT-RJ) considerou um erro a substituição do presidente do BC em governo interino. O senador questionou o grau de independência do economista.

— Na nossa avaliação, por conflito de interesse, Goldfajn não vai ter independência em relação às instituições financeiras. Até a semana passada era o economista-chefe do Itaú. Era sócio do banco. Como vai ser ele o fiscalizador das instituições financeiras? — indagou Lindbergh.

Aécio Neves (PSDB-MG) disse que a resistência a nomes egressos do sistema financeiro privado para presidir o BC restringe as opções.

O novo presidente do BC graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, é mestre pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e PhD em economia pelo Massachusetts Institute of Technology, nos Estados Unidos. Goldfajn foi consultor de organismos internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e de abril de 2009 até maio passado foi economista-chefe e sócio do Itaú.



Goldfajn fala na comissão em sessão demorada, sob presidência de Gleisi, ao lado do relator Lira

Presidente do Senado disse que aguardará “com serenidade e responsabilidade” resposta do Supremo Tribunal Federal à solicitação feita pelo procurador-geral da República e não fará comentários neste momento para não prejudicar separação entre Poderes

Pedido de prisão é “desproporcional e abusivo”, afirma Renan

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a decisão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, de pedir sua prisão foi “desarrazoada, desproporcional e abusiva”. Janot apontou uma suposta tentativa de obstrução da Operação Lava Jato e pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a prisão também do ex-presidente da República e ex-senador José Sarney, do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e do deputado afastado Eduardo Cunha (PMDB-RI).

— É preciso aguardar com serenidade e responsabilidade a decisão da Suprema Corte

— disse Renan. — Qualquer movimento a mais que fizermos parecerá que estamos danificando a separação dos Poderes, que é fundamental para o equilíbrio neste momento dramático da vida nacional. Mais do que nunca, é preciso falar pelo silêncio. Ele acrescentou:

— Toda vez que há exagero, extravagância, excesso e desproporcionalidade, expressões como democracia, Constituição, liberdade de expressão, liberdade de opinião e presunção de inocência perdem prestígio. E nós não vamos colaborar com isso. O presidente do Senado afir-

— mou que não é necessário ter preocupação com os excessos que estão sendo cometidos contra senadores, apesar da ameaça à soberania dos mandatos. Segundo ele, preocupam mais os excessos contra a instituição. Renan declarou que “o Senado não é parte da crise que afeta o país”:

— Eu queria repetir que, mais do que nunca, o Senado é solução, não é parte da crise. Nós não vamos exacerbar os nossos limites. Não é hora de aumentar a temperatura institucional. O Senado não vai extrapolar sua competência, seu limite. O



Renan concede entrevista: “Senado não é parte da crise. Será a solução da crise”

Senado não é parte da crise. O Senado será a solução da crise. Em nota, Renan disse que já deu todas as explicações que lhe

havam sido solicitadas e que se mantém à disposição para novos esclarecimentos (leia nota ao lado).

Nota pública da Presidência do Senado

Apesar de não ter tido acesso aos fundamentos que embasaram os pedidos, o presidente do Congresso Nacional reitera seu respeito à dignidade e autoridade do Supremo Tribunal Federal e a todas as instituições democráticas do país. O presidente do Senado está sereno e seguro de que a nação pode seguir confiando nos Poderes da República.

O presidente reafirma que não praticou nenhum ato concreto que pudesse ser interpretado como suposta tentativa de obstrução à Justiça, já que nunca agiu, nem agiria, para evitar a aplicação da lei. O senador relembra que já prestou os esclarecimentos que lhe foram demandados e continua com a postura colaborativa para quaisquer novas informações.

Por essas razões, o presidente considera tal iniciativa, com o devido respeito, desarrazoada, desproporcional e abusiva. Todas as instituições estão sujeitas ao sistema de freios e contrapesos e, portanto, ao controle de legalidade. O Senado Federal tem se comportado com a isenção que a crise exige e atento à estabilidade institucional do país.

A nação passa por um período delicado de sua história, que impõe a todos, especialmente aos homens públicos, serenidade, equilíbrio, bom senso, responsabilidade e, sobretudo, respeito à Constituição federal.

As instituições devem guardar seus limites. Valores absolutos e sagrados do Estado democrático de direito, como a independência dos Poderes, as garantias individuais e coletivas, a liberdade de expressão e a presunção da inocência, conquistados tão dolorosamente, mais do que nunca, precisam ser reiterados.

Assessoria de Imprensa Presidência do Senado Federal

Jucá diz ser vítima e se queixa de não ter tido acesso a gravações

O senador Romero Jucá disse ontem no Plenário do Senado que ainda não poderia se posicionar sobre o pedido de prisão contra ele porque não teve acesso às gravações da delação do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

— Infelizmente esses fatos nos levam a ser vítimas de um processo a que não posso responder, porque até hoje não consegui acesso nem às gravações, nem às delações do Sérgio Machado.

— Vou aguardar com a tranquilidade de quem confia na Justiça e espero que esta situação absurda possa ser efetivamente resolvida em curto prazo — afirmou.

Durante seu pronunciamento, Romero Jucá recebeu a manifestação de solidariedade de senadores como o líder do governo, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que disse não

ver fundamento no pedido de prisão mediante o conteúdo da gravação que foi divulgada.

O senador Zeze Perrella (PTB-MG) cobrou mais responsabilidade na condução da Operação Lava Jato e na exposição pública dos parlamentares investigados, pois eles estariam sendo “julgados pela mídia e governados por delatores”.



O senador Romero Jucá (C), que disse ter “a tranquilidade de quem fala a verdade”

Nota pública do senador Romero Jucá

Em referência às notícias veiculadas na data de hoje sobre o pedido de prisão encaminhado pelo Ministério Público ao Supremo Tribunal Federal alegando tentativa de obstrução da Justiça, venho me posicionar:

1) Considero absurdo o pedido tendo em vista que tenho manifestado reiteradas vezes pelos órgãos de imprensa e em ações do cotidiano no sentido de fortalecer a investigação da Operação Lava Jato, assim como tenho cobrado celeridade da PGR, do MPU e da Justiça;

2) Em nenhum momento, agi ou atuei no sentido de propor legislação ou qualquer tipo de ação que pudesse ser interpretado como tentativa de confundir as investigações. Defendo que investigações presas possam utilizar-se do mecanismo da delação premiada. Defendo a prisão com julgamento em segunda instância em caso que a Justiça entenda que seja necessária;

3) Desde que fui vítima da gravação do senhor

Sérgio Machado, pedi afastamento do Ministério do Planejamento no mesmo dia e solicitei cópia da mesma à PGR para que pudesse me defender. Solicitei também à PGR e ao STF cópia da delação do senhor Sérgio Machado na parte que envolve meu nome. Até a data de hoje, venho sendo acusado e agredido por adversários políticos e não tenho conhecimento do material a que tenho direito de ter acesso para que eu possa me defender;

4) Lamento esse tipo de vazamento seletivo que expõe as pessoas sem nenhum tipo de contradição. Essa prática não se coaduna com o regime democrático e de direito em que estamos vivendo.

5) Volto a reafirmar que estou à disposição da Justiça para qualquer informação ou investigação e que já coloquei à disposição meus sigilos fiscal, bancário e telefônico;

6) Nada temo e apoio qualquer tipo de investigação. Reafirmo minha confiança na Justiça brasileira.

Senador Romero Jucá

O senador lembrou que já pediu as informações sobre o processo e emitiu duas notas oficiais sobre a questão.

Além disso, Romero Jucá destacou seu trabalho em três mandatos no Senado e afirmou ter “a tranquilidade de quem fala a verdade”.

Para Ana Amélia, crise não pode contaminar o Senado

Ana Amélia (PP-RS) disse que o presidente do Senado, Renan Calheiros, precisa ter um diálogo franco e aberto com todos os senadores, para esclarecer fatos relacionados ao pedido de prisão feito pelo procurador-geral da República.

A senadora afirmou que o momento exige responsabilidade para que a crise não contamine indistintamente todos os senadores e o próprio Senado.

— Nós estamos atravessando um dos períodos mais sensíveis do país. Há a crise econômica, que avança também no espectro da crise política sem precedentes, agora envolvendo o Executivo e o Legislativo. De outro lado, há uma crise moral, que nós estamos vendo a cada investigação e a cada notícia da Operação Lava Jato — disse a senadora.

Na avaliação de Cássio, apenas conversas não sustentam prisões

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), considerou grave a notícia dos pedidos de prisão feitos pela Procuradoria-Geral da República. Para ele, na hipótese de parte de uma delação vazar, todo o material deve ser tornado público. Ele questionou se o pedido do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, teria por base só as gravações feitas pelo ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado e divulgadas pela imprensa. Ele disse que, se for essa a razão, não há motivo para as prisões, porque, nas gravações, os interlocutores de Machado apenas emitiriam opiniões sobre a Operação Lava Jato.

— É opinião não é crime. Cássio disse que o Senado precisa de informações da PGR.

— A decisão final será nossa e não podemos decidir sobre aquilo que não conhecemos.

Supremo precisa responder com urgência, cobra Ferraço

Ricardo Ferraço (PSDB-ES) manifestou “preocupação e perplexidade” diante dos pedidos de prisão. Ele afirmou que o assunto precisa ser explicado e pediu que o Supremo Tribunal Federal tome uma decisão com urgência. Para Ferraço, o Senado não pode trabalhar como se nada estivesse acontecendo.

Ele enfatizou que os senadores e a sociedade precisam tomar conhecimento do total das interceptações telefônicas e das razões que embasam os pedidos de prisão, para que possam formular um juízo de valor e evitar injustiças.

— Não é possível que um tema como esse possa continuar se desdobrando em segredo de Justiça. É descabido. Precisamos, coletivamente, cobrar do STF uma solução imediata para esse caso. Estamos diante de um caso de elevado interesse da República.

Otto pede fim da “onda de denunciismo” na política nacional

Otto Alencar (PSD-BA) disse que é preciso acabar com a onda de denunciismo que tomou conta do país. Para ele, essa prática pode agravar a difícil situação que o país atravessa.

O senador lembrou que é preciso agir de acordo com a lei e, dirigindo-se a Renan Calheiros, afirmou que o presidente do Senado sempre buscou alternativas para contornar a crise atual.

— Houve um abuso de poder por parte do Ministério Público ao atuar de forma preliminar, ao agir da forma como agiu hoje contra Vossa Excelência, que eu respeito muito, e contra o ex-presidente José Sarney. Não estou aqui, de maneira nenhuma, sendo advogado de nenhuma causa, mas é importante que se dê o direito de resposta a todos aqueles que atuam aqui no Senado e na Câmara dos Deputados.

Janot busca preservar Operação Lava Jato, opina Telmário

Telmário Mota (PDT-RR) manifestou preocupação com os pedidos de prisão de senadores, mas ponderou que o procurador-geral da República agiu porque tinha elementos que o convenceram da necessidade de preservar a Operação Lava Jato.

Ele cobrou do presidente do Senado, Renan Calheiros, uma explicação ao povo, e pediu rapidez no exame das gravações do senador Romero Jucá, que, para ele, foram mais graves que as do senador cassado Delcídio do Amaral.

Mencionando a corrupção disseminada e as dificuldades de governabilidade, ele pediu eleições gerais neste ano.

— Abro mão dos sete anos [de mandato] que me faltam para voltar às urnas numa eleição geral direta para limpar a corrupção da política brasileira.

“Mentalidade justiceira” vem crescendo na política, aponta Rocha

Roberto Rocha (PSB-MA) disse que há “criminalização da política” e “crescimento de uma mentalidade punitiva e justiceira” a partir de operações policiais. Ele citou a divulgação de conversas reservadas do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado. Para o senador, divulgações assim são “o gesto mais abjeto de traição e quebra de confiança”.

— Custa-me crer que houve incentivo para um investigado incriminar outras pessoas com expedientes tão abjetos. É desejável que o delator confesse o crime e aponte cúmplices, mas não é cabível que, em nome de uma higienização da política, afrontem-se valores nos quais se assenta a sociedade. A traição é hedionda. Não podemos nos regozijar com o clima punitivo, ainda que atinja adversários. As vítimas somos nós, os cidadãos.

Segundo Vanessa, STF tem que esclarecer situação

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que os senadores ficaram sabendo por meio da imprensa que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pedira a prisão de diversos políticos e afirmou que aguarda informações oficiais por parte do Supremo Tribunal Federal sobre o fato:

— É grave o que está acontecendo. É muito grave o pedido de prisão do presidente do Senado, de outro senador, do presidente [afastado] da Câmara dos Deputados. Nós temos o direito de tomar conhecimento de tudo o que está acontecendo.

Vanessa também protestou contra decisão do presidente interino Michel Temer de suspender a liberação de verbas autorizadas pela presidente afastada Dilma Rousseff, incluindo R\$ 20 milhões destinados ao SUS no Maranhão.



Comissão presidida por Paulo Bauer (D) aprova substitutivo a projeto de Caiaido que amplia controle e divulgação dos gastos

Avança texto que impõe rigor a uso de cartão corporativo

Gastos pessoais da Presidência da República e despesas da administração pública direta dos três Poderes feitos por meio de cartões corporativos deverão passar por maior controle, além de ampla divulgação na internet. A medida é prevista em substitutivo a projeto de lei do Senado aprovado ontem pela Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG).

O projeto (PLS 62/2016) é de Ronaldo Caiado (DEM-GO). O substitutivo, elaborado por Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi apresentado por João Capiberibe (PSB-AP) e seguirá agora para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para decisão final.

Um dos alvos das regras de transparência, tanto do texto original quanto do substitutivo, são as despesas pessoais e de consumo do ocupante da Presidência e de sua família pagas por qualquer meio (inclusive gastos com empregados, alimentação, bebidas, viagens, hospedagens e presentes, entre outros). Caiado chega a proibir a classificação dos gastos mencionados como sigilosos.

O segundo alvo são os dispêndios com cartões corporativos. Caiado trata apenas da divulgação das despesas e dos cartões na esfera do governo federal, que usa o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF). Já o substitutivo detalha regras de uso para toda a administração direta da União. Assim, o texto enquadra o Executivo e também o Legislativo e o Judiciário.

A redação deixa claro que o

uso do cartão deve obedecer à Constituição, em especial aos princípios da moralidade, da impessoalidade e da publicidade. Só pode ser usado pelo portador nele identificado, indicado por ato específico da autoridade competente. Somente poderão ser portadores o servidor público com cargo efetivo ou em comissão, ministros de Estado e autoridades de nível hierárquico equivalente.

Para ser portador do cartão, a pessoa deverá apresentar declaração de não possuir antecedentes criminais e não ter sofrido penalidades por prática desabonadora em atividade profissional ou em função pública. O uso se restringirá à aquisição de produtos ou serviços nos termos definidos em lei.

O substitutivo veda saque em dinheiro com os cartões, salvo se houver autorização prévia por escrito do chefe do respectivo Poder ou dos dois servidores que, em conjunto, poderão autorizar o uso desse instrumento.

contudo, que os gastos sejam acompanhados pelos órgãos de controle e fiscalização.

“Caixa-preta”

Caiado diz que o objetivo principal da proposta é abrir a “caixa-preta” dos gastos com os cartões corporativos, ao vedar a “prática abusiva” de classificar grande parte da despesa como sigilosa. Na justificativa, ele observa que os números relativos às despesas já são publicados na internet, mas sem o detalhamento necessário. “Observa-se que muitos gastos com esse cartão, especialmente no caso da Presidência da República, são classificados como sigilosos”, argumenta. Em 2015, por exemplo, 91% dos gastos da Secretaria de Administração da Presidência da República foram classificados como “informações protegidas por sigilo”, ressalta o senador. Para ele, a maior transparência “se traduzirá em maior austeridade, com a consequente redução da despesa pública”.

O relator, ao apoiar os argumentos, destaca que a fatura dos cartões é liquidada diretamente na conta única do Tesouro, mais uma razão para a ampla transparência. A opção pelo substitutivo foi justificada pela necessidade de estabelecer, além da obrigação de divulgação dos gastos, também regras de uso para os cartões.

Se for aprovado na CCJ e não houver recurso para votação em Plenário, o texto será enviado para a Câmara dos Deputados.

Divulgação

A divulgação na internet, nos portais de transparência, deve identificar o nome e a matrícula do portador responsável por cada despesa, com data do gasto e valor. Deve ser divulgado o total das despesas feitas no exercício em cada cartão e na unidade gestora.

A confidencialidade será restrita a despesas de caráter reservado e sigiloso definidas em lei. Mas a reserva quanto à divulgação não impedirá,

Transparência será tema de audiência e ciclo de debates

A Comissão de Transparência e Governança Pública do Senado (CTG) fará dois eventos para estimular o aperfeiçoamento da transparência e do controle da gestão pública. Um deles será um ciclo de debates sobre a Lei de Transparência. O outro é uma audiência pública para avaliar a padronização dos websites de transparência em todas as esferas da administração pública.

Os eventos, que ainda terão suas datas divulgadas, foram propostos por João Capiberibe (PSB-AP), vice-presidente da comissão. Os requerimentos foram aprovados ontem.

Em relação aos portais de transparência, Capiberibe afir-

mou que os formatos técnicos e a maneira de disponibilização das informações são muito variados. Destacou que alguns são modelo, como o Portal de Transparência do Senado, mas outros apresentam dificuldades para a navegação e o acesso às informações.

Entre as instituições que serão convidadas para a audiência, estão o Ministério da Transparência (antiga Controladoria-Geral da União), o Ministério Público, o Supremo Tribunal Federal e representantes de entidades civis, do Senado e de prefeituras e governos considerados exemplos.

Ao justificar o ciclo de debates,

Capiberibe citou a necessidade de ampliar a discussão sobre os impactos e eventuais aperfeiçoamentos da Lei de Transparência (Lei Complementar 131/2009).

Decorrente de projeto de autoria do senador, a lei obrigou União, estados e municípios a mostrarem suas contas na internet. A promoção da transparência dessas informações é uma ferramenta de aperfeiçoamento da democracia, justifica ele.

Para o ciclo, serão convidados representantes de ministérios, do Tribunal de Contas da União e de entidades que atuam para estimular a transparência, como o Contas Abertas.

Defesa de Dilma poderá chamar até 48 testemunhas

Lewandowski decidiu ontem que a Comissão do Impeachment vai considerar que há 6 fatos na denúncia. Ele também negou pedidos para mudança de relator e para que delação de Machado faça parte do processo

A DEFESA DA presidente afastada Dilma Rousseff na Comissão Especial do Impeachment poderá convocar para depor até 48 testemunhas, 8 para cada um dos 6 fatos que compõem a denúncia. A decisão é do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do processo de impeachment no Senado, ministro Ricardo Lewandowski.

Ele também rejeitou o recurso da defesa que pedia o afastamento de Antonio Anastasia (PSDB-MG) da relatoria do impeachment, e negou o pedido apresentado pelos defensores de Dilma para que os autos e as gravações do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado em delação premiada fizessem parte do processo.

Oito testemunhas por cada fato denunciado foi o critério adotado no julgamento do impeachment de Fernando Collor de Mello, em 1992. Agora, o presidente do STF rejeitou um pedido de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para restringir a denúncia contra Dilma a dois casos: um bloco com cinco decretos de suplementação orçamentária assinados pela presidente afastada (e que, segundo a acusação, foram executados sem autorização do Congresso) e outro com as pedaladas fiscais. A intenção do senador era de que fossem apenas 16 testemunhas. Lewandowski ressaltou que cada decreto é considerado um fato, e o sexto é a equalização das dívidas (pedaladas).

A defesa de Dilma apresentou no dia 6 um aditamento na lista com 34 testemunhas. Entre elas, o ex-ministro do Planejamento Nelson Barbosa e o ex-ministro da Integração Nacional Ciro Gomes.

Acusação

As testemunhas de acusação começam a ser ouvidas hoje, a partir de 11h. Devem depor Julio Marcelo de Oliveira e Antonio Carlos D'ávila Carvalho.

Também devem falar três testemunhas propostas pelos integrantes da comissão: Rogério Jesus Alves Oliveira, Adriano Pereira de Paula e Otávio Ladeira de Medeiros.

Quanto ao pedido de afastamento de Anastasia, a defesa de Dilma alegava que o Regimento Interno do Senado impede o autor de uma pro-

posição de relatá-la. No caso do processo de impeachment, um dos autores do pedido, Miguel Reale Júnior, é filiado ao PSDB e a outra autora, Janaína Paschoal, admite ter recebido remuneração do partido ao qual Anastasia pertence.

Segundo o presidente do STF, essa situação não se enquadra nas hipóteses de suspeição estabelecidas na Lei 1.079/1950, que orienta os processos de impeachment.

Gravações

Sobre a delação premiada de Machado, a defesa alegou que as gravações mostram que o processo de impeachment representa um "verdadeiro desvio de poder" e que o não acesso a esse material viola o direito à ampla defesa. Mas ministro afirmou que a gravação ainda está sob sigilo.

Lewandowski também foi contrário ao protesto apresentado pela defesa contra a decisão da comissão de não conceder vista prévia aos requerimentos formulados pelos senadores. De acordo com o presidente do STF, ele não tem o que deliberar, pois não foi formulado nenhum requerimento de reforma das decisões da comissão. Outro recurso negado foi apresentado por José Pimentel (PT-CE), pedindo que o prazo para alegações finais fosse de 15 dias para a defesa e igual período para a acusação. A própria comissão já decidiu por esse prazo, explicou Lewandowski.

Ferraço substitui Aloysio na Comissão do Impeachment

O Plenário aprovou a troca de Aloysio Nunes Ferreira por Ricardo Ferraço (PSDB-ES) na Comissão Especial do Impeachment. Ataídes Oliveira (PSDB-TO) será o suplente.

A renúncia de Aloysio foi lida durante a Ordem do Dia de ontem. O senador, que é líder do governo, também renunciou à vice-liderança do PSDB.

Braga será relator da proposta orçamentária de 2017

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) será o relator-geral da proposta orçamentária de 2017, que chega ao Congresso em agosto. O nome foi confirmado ontem pelo líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE). A formalização da indicação ainda depende da assinatura do presidente da

Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Arthur Lira (PP-AL).

Braga voltou recentemente ao Senado, após comandar por 15 meses o Ministério de Minas e Energia do governo de Dilma Rousseff. Cabe ao relator-geral analisar as despesas propostas pelo Executivo e

pelos demais Poderes.

Para a relatoria da Receita Orçamentária, ainda não há nome definido. A vaga será destinada a um deputado. Cabe ao relator da Receita analisar a arrecadação que vai financiar as despesas do próximo ano.

(Com Agência Câmara)



Carlos Faro, do Biocant, em Portugal, explica como funciona o projeto

Centro de biotecnologia português poderá fazer parceria com Brasília

O governo do Distrito Federal poderá apresentar, dentro de dois ou três meses, proposta para viabilizar a instalação de um parque de biotecnologia semelhante ao de Cantanhede, em Portugal. A informação foi divulgada ontem pelo vice-presidente da Comissão Executiva do Centro de Inovação em Biotecnologia (Biocant) do Parque Tecnológico de Cantanhede, em Portugal, Carlos Faro, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O secretário de Ciência e Tecnologia do DF, Marcelo Aguiar, confirmou o interesse do governador Rodrigo Rollemberg em participar de uma missão a Portugal. Também deverão participar da visita representantes da Frente Parlamentar Mista de Infraestrutura.

O Biocant é o primeiro parque de biotecnologia em Portugal e tem o objetivo de patrocinar, desenvolver e aplicar o conhecimento avançado na área das ciências da vida, apoiando iniciativas empresariais. O empreendimento recebe investimentos da Câmara Municipal de Cantanhede e do Centro de Neurociências e Biologia Celular da Universidade de Coimbra.

Carlos Faro destacou que a Biocant Ventures é a primeira empresa portuguesa cujo objetivo é aproximar grandes investidores dos projetos de empresas em biotecnologia.

O senador Hélio José (PMDB-DF), vice-presidente da CCT, elogiou a disposição do Biocant de fazer uma parceria com o Distrito Federal, que, acrescentou, tem vocação industrial não poluente.

Lúcia Vânia: programas reduzem impacto da crise entre os pobres

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu ontem a manutenção de programas sociais que beneficiam as parcelas mais pobres da população.

A senadora afirmou que os programas sociais contribuem de forma inestimável para a "restauração do nosso tecido social" e podem reduzir os impactos da crise para os mais pobres.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Medeiros comemora prêmio de matemática para brasileiro

José Medeiros (PSD-MT) parabenizou o matemático brasileiro Marcelo Viana, que ganhou o Grande Prêmio Científico Louis D., o principal do gênero na França. Viana é diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). O senador aproveitou a ocasião para cobrar mais investimentos no ensino da matemática.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em debate, ministro garante que a união dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações não se reverterá em novas restrições orçamentárias para a área de C&T

Para Kassab, fusão de pastas atende a sociedade

O MINISTRO GILBERTO Kassab participou ontem, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), de audiência pública sobre a fusão dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações numa única pasta, da qual é titular desde o início do governo interino de Michel Temer.

Kassab ressaltou que, a seu ver, a fusão atende a anseio da sociedade brasileira, detectado por todas as pesquisas de opinião, de que houvesse um enxugamento no número de ministérios:

— Somente nos últimos meses caímos de 40 para 23 ministérios. E levantamentos nos meios de comunicação indicam que 80% ainda desejam redução até mais expressiva.

Lasier Martins (PDT-RS), presidente da CCT, informou ao ministro que a comissão fez audiência em maio com 56 instituições e associações ligadas à pesquisa e à ciência no Brasil, todas “muito preocupadas” com a fusão. Ele citou posição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de que as competências dos antigos Ministérios da Ciência e Tecnologia e das Comunicações



Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Kassab defende nova pasta observado por Lasier Martins

são “essencialmente distintas”.

O ministro garantiu que a área de ciência e tecnologia não sofrerá com novas restrições orçamentárias.

— A sociedade brasileira sabe que os recursos para esse setor não foram suficientes nos últimos 30 anos. Ao contrário da área das comunicações, a ciência e a tecnologia continuam dependendo de recursos públicos — admitiu, informando que trabalha até mesmo com um horizonte de incremento de verbas.

Kassab vê o setor de comu-

nicacões hoje como “umbilicalmente ligado” à ciência. Jorge Viana (PT-AC) deixou clara posição contrária à fusão:

— A renovação de concessões de rádios e TVs nunca vai deixar de ser prioridade. Temo que questões estratégicas sejam sobrepujadas por pauta mais diretamente política.

Outras demandas

Em relação a reclamação de José Medeiros (PSD-MT) contra a adoção, pelas empresas de telefonia móvel, de sistema de franquias diferenciadas na

prestação de serviços de internet banda larga, Kassab disse que “buscar a universalização da internet é uma prioridade manifestada pelo próprio governo federal”.

No final da audiência, Lasier aprovou requerimento dele solicitando detalhamento dos últimos cinco anos de aplicação de recursos de fundos setoriais destinados à evolução da ciência. Ele lembrou ao ministro que mais de R\$ 21 bilhões foram coletados no período, mas 87% do montante acabou tendo outra destina-

ção, principalmente fazer caixa para o superávit primário. Kassab sugeriu aprofundar o tema em outra audiência com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu o incremento de investimentos na biodiversidade amazônica, criticando a “omissão” do Estado brasileiro:

— Enquanto isso, milhares de pesquisadores estrangeiros, disfarçados como voluntários em ONGs, continuam explorando nossas riquezas e patenteando-as fora do país.

Otto Alencar (PSD-BA) solicitou auditoria nas empresas de telefonia e a descentralização das ações de fiscalização.

Cristovam Buarque (PPS-DF) pediu que a nova gestão articule com o BNDES políticas de fomento a novos empreendedores do setor. Valdir Raupp (PMDB-RO) chamou a atenção para a grave crise na Empresa de Correios e Telégrafos e Hélio José (PMDB-DF) solicitou “que seja tirado do papel” o Parque Tecnológico Capital Digital. Pedro Chaves (PSC-MS) citou preocupação com a crise de recursos por que passa a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Comissão aprova menos IR para remessas ao exterior

Relatório de Dalirio Beber (PSDB-SC) para a medida provisória que reduz o Imposto de Renda sobre remessas de dinheiro para o exterior foi aprovado ontem na comissão mista responsável por examinar a MP 713/2016. O senador acolheu apenas 2 de 70 emendas apresentadas.

A MP 713 reduz de 25% para 6% o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre a remessa de valores ao exterior para pagar gastos pessoais em viagens de turismo e negócios, desde que a serviço, e para treinamento ou missões oficiais até o limite de R\$ 20 mil ao mês. A alíquota reduzida valerá até o fim de 2019 se a medida for aprovada pelo Congresso.

A norma beneficia principalmente agências de turismo

que enviam dinheiro para o exterior para pagar hotéis, transporte e hospedagem dos pacotes de viagem comprados pelos clientes. Para ter acesso à redução da alíquota, as empresas deverão ser cadastradas no Ministério do Turismo e a remessa das divisas terá de ser feita por instituição financeira baseada no Brasil. A MP, que agora vai aos Plenários da Câmara e do Senado, também garante isenção do imposto para remessas destinadas ao pagamento de gastos com tratamento de saúde e educação.

Turismo

Uma das emendas acolhida é do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ). Ela altera a redação da MP para deixar claro o alcance do benefício fiscal vigente (alíquota zero do IRRF)

sobre as remessas ao exterior para o pagamento de despesas com pesquisas de mercado, promoção e propaganda de produtos e serviços brasileiros e com promoção de destinos turísticos brasileiros.

A outra emenda acatada, do deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), altera a legislação do Imposto de Renda para pensões e aposentadorias recebidas no exterior. O texto prevê que, sobre esses rendimentos, pagos ao beneficiário (pessoa física ou jurídica) pela Previdência Social no seu local de residência ou domicílio, incidem as mesmas alíquotas aplicadas aos benefícios da mesma natureza pagos no território nacional.

Na avaliação do relator, com isso será alcançado tratamento isonômico em relação à cobrança do imposto. Dalirio Beber ressaltou que a incidência da alíquota única de 25% sobre os benefícios previdenciários pagos no exterior é questionada há muito tempo.

— A sistemática leva em conta não somente a residência do aposentado ou pensionista, como se residir no exterior caracterizasse riqueza, o que vai de encontro aos princípios da pessoalidade e da capacidade contributiva, inerentes ao Imposto de Renda.



Presidente da comissão, senador Hélio José, e relator, deputado Zé Geraldo

Relator propõe liberação total de capital estrangeiro na aviação civil

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre mudanças na aviação civil brasileira (MP 714/2016) pode votar hoje o parecer do relator, deputado Zé Geraldo (PT-BA).

O texto, que foi apresentado ontem à comissão, libera totalmente o capital estrangeiro na atividade. O relator acolheu parcial ou totalmente 21 das 44 emendas propostas pelos parlamentares, apresentando um substitutivo.

Após a leitura do texto, o presidente da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), concedeu vista coletiva do relatório e suspendeu a reunião, que será retomada hoje para a votação.

O texto original da MP elevava para 49% a participação

de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras. A legislação atual (Lei 7.565/1986) permite participação de apenas 20%.

Para o relator, o fim dessa restrição pode gerar aumento da concorrência e desconcentração do mercado, aumento de rotas e localidades atendidas e mais qualidade dos serviços, entre outros benefícios.

O substitutivo mantém a extinção, a partir de 2017, do adicional de tarifa aeroportuária, cobrado das companhias aéreas e de passageiros (o valor é embutido no bilhete). Permite, porém, que a Agência Nacional de Aviação Civil altere tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente a essa extinção.



À mesa da comissão, Dalirio Beber, relator, e Andres Sanchez, presidente

Pedro Franco/Agência Senado



Romário rejeitou aumentar para 80% o montante de recursos do petróleo para educação, para não prejudicar a saúde

Projeto define aplicação dos royalties na educação

Aprovada pela Comissão de Educação e Cultura, proposta elaborada no Projeto Jovem Senador destina 30% para a educação básica, 25% para a profissional e 10% para a da pessoa com deficiência

A EDUCAÇÃO PÚBLICA básica, a profissional e a de pessoas com deficiência poderão receber mais recursos financeiros se for transformado em lei o PLS 747/2015, aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). A proposta segue agora para a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo substitutivo aprovado, de Romário (PSB-RJ), presidente da CE, dos 75% das verbas dos royalties do petróleo destinados à educação, 30% serão aplicados em programas e projetos para a educação básica, 25% serão aplicados em programas de educação profissional e tecnológica e 10% em programas destinados à educação da pessoa com deficiência. Romário acolheu emenda de Cristovam Buarque (PPS-DF) que incluiu a educação básica.

A proposta inicial surgiu no Projeto Jovem Senador de 2012, apresentada pelos jovens senadores Angélica Mendes, Diego Sousa, Brenna Bittencourt e Daniel Garcia. O Projeto de Lei do Senado Jovem 5/2012 foi transformado na Sugestão (SUG) 5/2013, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). Por

isso, passou a tramitar como projeto de lei da CDH.

Pelo texto inicial, 35% do montante dos royalties destinados à educação seriam investidos no ensino profissional e tecnológico. A lei dos royalties do petróleo, de 2013, obriga o governo federal, os estados e os municípios a aplicar 75% dessas verbas na educação e 25% na saúde.

Os jovens senadores esclareceram na justificativa do projeto que era necessário investir na educação para reduzir as desigualdades socioeconômicas e as disparidades entre os entes federados. Como fonte de recursos para esses investimentos, apontaram os royalties e as participações especiais geradas pela produção de petróleo e gás natural.

Percentual

O texto original aumentava para 80% o percentual previsto para educação na lei dos royalties. Romário considerou, no entanto, que a saúde já está no limite e não pode perder dinheiro.

— Esse aumento significaria diminuição dos recursos destinados à saúde, que passariam a apenas 20%. Trata-se

de uma área em que também há carência profunda, não sendo justificável, portanto, transferir recursos da saúde para a educação. Sugerimos que o projeto em análise abarque também a educação inclusiva, garantindo que parte dos recursos obtidos com os royalties seja destinada a assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência — ponderou o relator.

O projeto prevê que os percentuais destinados à educação básica, à educação profissional e à educação inclusiva serão revistos dez anos depois da publicação da lei. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e José Agripino (DEM-RN) alertaram que a vinculação de receitas de uma determinada fonte para uma determinada despesa deve respeitar vedações constitucionais.

— Lembro que a destinação de royalties de petróleo para vários setores, como educação e saúde, foram promovidas mediante emenda constitucional. Então é uma questão que precisaria verificar com mais cuidado, talvez no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça — disse Aloysio.

Comissão rejeita requerimento para ouvir três ministros

Requerimento de Fátima Bezerra (PT-RN) para convidar os ministros da Educação, da Fazenda e do Planejamento para uma audiência pública na Comissão de Educação (CE) foi rejeitado ontem por 10 votos a 4. A senadora solicitava a presença dos ministros com o objetivo de discutir o anúncio da desvinculação das receitas e a limitação dos gastos nas áreas sociais ao patamar da inflação do ano anterior, para promover o ajuste fiscal.

Os senadores que apoiam o governo interino votaram

contra por considerarem o momento inoportuno para esse convite. Eles argumentaram que as medidas não foram anunciadas e não haveria motivos para chamar à CE os ministros da Fazenda e do Planejamento. Já o ministro da Educação, Mendonça Filho, virá no próximo dia 22 à comissão para apresentar os planos para a pasta.

— Talvez a senadora esteja prevendo um futuro apocalíptico para a educação, coisa que vamos verificar diante da concretude das medidas —

disse Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Para Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o momento é inoportuno porque os ministros encontraram “a casa bagunçada”.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Lídice da Mata (PSB-BA) defenderam a audiência. Randolfe criticou o ministro da Educação por receber o ator Alexandre Frota, não nomear o secretário nacional de Ensino Superior e não receber reitores. Já Lídice acha salutar que os ministros comecem a debater ideias no Senado.

Universidade pública pode usar Lei Rouanet para ações culturais

A Comissão de Educação e Cultura (CE) aprovou ontem alteração na Lei Rouanet para incluir projetos das instituições públicas de ensino superior entre os beneficiários da aplicação dos recursos dos fundos de investimento cultural e artístico e dos incentivos provenientes de doações ou patrocínios. A matéria segue direto para a Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para votação em Plenário.

O autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), observou que o PLS 472/2015 contribui para fortalecer a educação e valorizar e desenvolver a cultura brasileira. Com o projeto, justifica o senador, as instituições públicas de ensino superior, mesmo limitadas por uma realidade de crise e de contingenciamento de recursos, poderão promover projetos culturais.

Para o relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), o projeto é adequado e fortalece as universidades federais no segmento da cultura.

Apesar de votarem a favor, Marta Suplicy (PMDB-SP) e Fátima Bezerra (PT-RN) disseram que o projeto é inócuo, porque a lei do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) já prevê que as universidades captem recursos para projetos culturais.

A Comissão de Educação aprovou também três requere-

mentos para realização de audiências públicas, dois de Fátima Bezerra e um de Lídice da Mata (PSB-BA).

Audiências públicas

O primeiro da senadora Fátima pede uma audiência para avaliar o segundo ano de implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) dentro da Semana de Ação Mundial 2016. A semana é uma iniciativa realizada em mais de 100 países desde 2003 para envolver a sociedade em ações políticas em prol do direito à educação. Serão convidados, entre outros, representantes da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e do Conselho Nacional de Educação (CNE).

É também de autoria de Fátima o requerimento aprovado para realização de audiência pública sobre as ocupações que vêm sendo feitas em escolas das redes públicas em vários estados, que protestam contra a precária infraestrutura escolar, os desvios de recursos destinados à merenda e o fechamento de escolas, além de apoiar professores que têm recebido salários parcelados.

A terceira audiência pública aprovada na comissão é da senadora Lídice para ouvir o ministro da Cultura, Marcelo Calero, sobre as diretrizes e programa da pasta.



Para Aloysio Nunes, o projeto ajuda a driblar contingenciamento de recursos

Pedro Franco/Agência Senado